



À

Comissão de Licitação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Campus da Liberdade – Redenção/CE e Unidade Acadêmica Palmares – Acarape/CE

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N ° 23282.004189/2018-54

A empresa **PALADAR ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ Nº 17.250.004/0001-20, sediada na Rua Ratisbona, nº 98, Bairro Centro, CEP 63.100-140, Crato-CE, nos autos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico SRP n.º 006/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N ° 23282.004189/2018-54, vem respeitosamente à presença de V.Sa., com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, art. 41º, §1º da Lei 8.666/93 e item 20 e seguintes do Edital apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** com base nas matérias de fato e de direito a seguir expostas, para ao final requerer a suspensão do procedimento licitatório em curso e modificação do item editalício impugnado:

#### **DO DIREITO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E TEMPESTIVIDADE:**

Nos termos do art. 5º, XXXIV da Constituição Federal:

Art. 5º - XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

PALADAR ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ N.º 17.250.004/0001-20  
INSC. ESTADUAL N.º 06.625.192-3  
RUA RATISBONA, N.º 98 BAIRRO: CENTRO CRATO - CE.  
CEP: 63.100-140 FONE-FAX: 88 3521.2981



a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Neste sentido, prever o item 20 e 20.1 e demais do Edital:

## 20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Tendo em vista que a abertura da sessão pública está marcada para o dia 30/08/2018 (quinta-feira), o prazo para impugnar o ato convocatório encerra-se em 27/07/2018 (segunda-feira).

Tempestiva, pois, a presente impugnação.





## DOS FATOS E DO DIREITO

### **OMISSÃO RELEVANTE - DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE ALVARÁ SANITARIO DA SEDE DO LICITANTE CONFORME PRECONIZA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977.**

Tendo em vista que a licitação visa fornecimento de refeições, se faz necessário a exigência de Alvará sanitário da sede da empresa licitante que será contratada, pois na presente licitação é solicitado apenas após a contratação, deixando assim a CONTRATANTE vulnerável a empresas não preparadas para prestação do serviço. A exigência de Alvará da sede da licitante não limita ou restringe a participação da presente licitação, pelo contrário, traz segurança a Contratante, diante da situação, pois toda e qualquer empresa seria que trabalhe com alimentação, possui alvará e licença para funcionamento de sua sede.

A exigência de tais documentos (Declaração ou Certidão expedida pelo Órgão de Vigilância Sanitária e o Alvará de Funcionamento) e necessária para procedimentos peculiares, como a manutenção dos insumos em refrigeração/temperatura adequada, transporte térmico especial, seleção da matéria prima, horário específico para a preparação dos alimentos, sob pena de se tornarem inaptos ao consumo humano, com isso é de extrema importância a apresentação de tal documento já na fase de habilitação, como forma de demonstrar que as empresas concorrentes atualmente seguem a legislação sanitária de seu local atual de funcionamento e execução de suas prestações de serviço.

**Tal exigência não incorre em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato, pois se a empresa executa serviços no ramo de alimentação, já deve possuir documento de regularização sanitária da sua sede.**

**Para melhor entendimento, segue exemplos de outros editais com exigência referida:**

- a) Restaurante Universitário da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2018 (Processo Administrativo n. 23082.019953/2017-31:**

**8.7.1** “Licença Sanitária ou protocolo de solicitação de licença do órgão sanitário competente dos restaurantes ou cozinhas ou alimentação transportada na qual a licitante produz, fabrica, prepara, manipula, fraciona ou transporta alimentos, conforme preconiza a legislação sanitária, Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.”

- b) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Pregão presencial no 005/2018 “ “Alvará de Funcionamento em vigor expedido pela Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA) ou o Alvará de Funcionamento do órgão de Vigilância Sanitária Municipal. ”

- c) SEDUC PREGÃO ELETRONICO Nº 20180042 /SEDUC/COEDP, PROCESSO Nº 2991903/2018

15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA “15.3.2. Apresentar comprovação de licença de funcionamento, dentro do prazo de validade, emitida pela Vigilância Sanitária da sede do licitante, Estadual ou Municipal, constatando a atividade específica. “

Dessa forma, pedi a que Douta comissão reveja e faça inclusão da exigência de Alvará Sanitário da Sede da empresa licitante, visando assim assegurar a contratação de empresa que cumpre exigências da legislação Sanitária vigente, sabendo que fazendo esta exigência não irá gerar gastos para as empresas que pretendem participar da licitação, mas sim contratar com segurança.





**DA AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE LICENÇA SANITÁRIA DOS TRANSPORTES NO ITEM 8.8 DESTE EDITAL QUE OMITE A EXIGÊNCIA RELEVANTE DA APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO/DECLARAÇÃO SANITÁRIA VÁLIDO DE VISTÓRIA DE VEÍCULOS.**

Outra questão a ser analisada é a exigência de que na assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar certificado ou declaração sanitária referente a vistoria de veículos para transporte das refeições que serão transportadas, pois conforme objeto da licitação consiste em contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de **refeições prontas transportadas**, para os refeitórios da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus da Liberdade – Redenção/CE e Unidade Acadêmica Palmares – Acarape/CE, com CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO.

**“A execução do serviço abrange: aquisição de matéria-prima em conformidade com o especificado neste Termo; manipulação e preparo das refeições; fornecimento das refeições e dos materiais de consumo em geral (utensílios, descartáveis, materiais de limpeza, entre outros necessários à perfeita execução do serviço); disponibilização de mão de obra especializada; pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente para efetivação do serviço; transporte adequado e compatível com o volume de refeições, observadas às normas vigentes da vigilância sanitária;”**

A douda Comissão por diversas vezes cita que o transporte deve atender as normas vigentes de vigilância sanitária, porém, omite a exigência relevante de certificado de anuência dos transportes na documentação probatória de qualificação técnica, no qual deveria solicitar a comprovação de que a empresa licitante possui transporte para execução do serviço dentro das normas vigentes de vigilância sanitária.

Para exemplificação, da obrigatoriedade de termo ou de certificado de registro sanitário dos veículos, transcrevemos o item de edital que também licitaram o fornecimento de refeições transportadas.

- a) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018-CRS/SUL COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUL – CRS/SUL PROCESSO Nº 6018.2018/0012913-5, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO: item 12.3.2 “Carta compromisso, assegurando o transporte do objeto da presente licitação, em veículos com licença obrigatória, que atendam as normas de transporte de alimentos”. (artigo 453, parágrafo § 4º do Decreto Estadual nº 12.342 de 27/09/78 do Código Sanitário e Portaria CVS 15 de 07/01/01);



Diante dos fatos, pedi que seja revisto esse item e que seja incluso a obrigatoriedade de transporte da empresa contratada para transporte das refeições devendo ser cobrado certificado de vistoria sanitária do veículo ou termo de compromisso da empresa licitante e contratada na fase de habilitação técnica, ora impugnado.

## DOS PEDIDOS

Ante exposto, requer:

- a) Que seja recebida a presente Impugnação, com fundamento no direito de petição insculpido no art 5º, XXXIV da Constituição Federal, bem como no item 20 deste edital e que seja julgada procedente, conforme argumentos supracitados, e que seja o processo licitatório ajustado, e consequentemente impugnado o Edital.
- b) Que seja revisado pela Douta comissão a importância de exigência de Alvará da sede do licitante para melhor com segurança.
- c) Que seja determinado a obrigatoriedade de garantia de que terá transporte com certificado de vistoria da vigilância sanitária ou apresente tal anuência.

Termos em que

Pedi e aguarda Deferimento.

**PALADAR ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME**  
CNPJ N.º 17.250.004/0001-20  
**ROSA MARIA MADEIRA COELHO DE ALENCAR,**